

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
Av. República do Líbano, 251
28º andar - Torre B
51110-160 - Recife - PE
Brasil

Tel: + 55 (81) 3464 - 8100
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e Administradores da
COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC
Recife-PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 19, às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia possui operações de compra de calcário e argila exclusivamente com a parte relacionada Agroindustrial Delta de Minas S.A. Dessa forma, o resultado de suas operações deve ser analisado no contexto dessa situação. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 26 de abril de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" PE

José Luiz Santos Vaz Sampaio
José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC-BA N^o 015.640/O-3

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa		
		2016	2015			2016	2015
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.382	53.941	CIRCULANTES			
Contas a receber de clientes	4	30.166	27.984	Fornecedores	10	37.367	52.474
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	9.630	Empréstimos e financiamentos	11	55.686	57.860
Estoques	5	63.351	55.186	Instrumentos financeiros derivativos	21	5.248	-
Impostos a recuperar	6	7.163	3.949	Obrigações e encargos trabalhistas		12.912	9.828
Crédito a receber com parte relacionada	19	3.864	4.901	Impostos e contribuições a recolher	12	9.427	10.002
Outros créditos		816	1.368	Dividendos a pagar	14c	6.886	12.284
Total dos ativos circulantes		<u>140.742</u>	<u>156.959</u>	Provisões fiscais	13	-	9.193
				Outras contas a pagar		<u>1.652</u>	<u>1.524</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>129.178</u>	<u>153.165</u>
NÃO CIRCULANTES							
Dépósitos judiciais		336	165	NÃO CIRCULANTES			
Estoques	5	3.162	-	Empréstimos e financiamentos	11	274.068	306.088
Impostos a recuperar	6	14.961	1.753	Impostos e contribuições a recolher	12	7.356	-
Outros créditos		1.039	980	Passivo fiscal diferido	18b	12.893	12.882
Imobilizado	7	709.458	732.312	Provisões riscos fiscais e trabalhistas	13	10.248	-
Intangível	8	1.491	2.242	Outras contas a pagar		<u>613</u>	-
Diferido	9	1.526	1.872	Total dos passivos não circulantes		<u>305.178</u>	<u>318.970</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>731.973</u>	<u>739.324</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14a	381.862	367.386
				Reservas de lucros		<u>56.497</u>	<u>56.762</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>438.359</u>	<u>424.148</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>872.715</u>	<u>896.283</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>872.715</u>	<u>896.283</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA	15	353.357	378.481
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	16	(229.243)	(245.907)
LUCRO BRUTO		<u>124.114</u>	<u>132.574</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(21.389)	(32.624)
Despesas comerciais	16	(65.899)	(53.517)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(760)	(985)
Total		<u>(88.048)</u>	<u>(87.126)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>36.066</u>	<u>45.448</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	50.377	113.857
Despesas financeiras	17	(86.697)	(149.368)
Total		<u>(36.320)</u>	<u>(35.511)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(254)</u>	<u>9.937</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(8.967)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(11)	3.873
Total	18a	<u>(11)</u>	<u>(5.094)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(265)</u>	<u>4.843</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - R\$ 1,00	14d	<u>(0,0007)</u>	<u>0,0135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(265)	4.843
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(265)</u>	<u>4.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto dividendo e juros sobre capital próprio por ação)

	Nota explicativa	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		360.006	3.480	49.589	-	413.075
Integralização do capital social	14a	7.380	-	-	-	7.380
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.843	4.843
Constituição da reserva legal	14b	-	242	-	(242)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,003 por ação)	14c	-	-	-	(1.150)	(1.150)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	3.451	(3.451)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		367.386	3.722	53.040	-	424.148
Integralização do capital social	14a	14.476	-	-	-	14.476
Prejuízo do exercício		-	-	-	(265)	(265)
Absorção de prejuízo		-	-	(265)	265	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>381.862</u>	<u>3.722</u>	<u>52.775</u>	<u>-</u>	<u>438.359</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(265)	4.843
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7, 8 e 9	31.557	30.677
Variações cambiais		(16.733)	36.579
Ganho (perda) com derivativos não liquidados		14.878	(10.489)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18b	11	(3.873)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	7	59	1.045
Provisão riscos fiscais e trabalhistas	13	1.055	9.193
Provisão para participação no resultado do exercício		1.922	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	1.346	996
Juros sobre empréstimos e financiamentos e custos de transação	11	38.852	32.962
		72.682	101.933
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(3.528)	(2.279)
Estoques		(11.327)	(8.464)
Impostos a recuperar		(16.422)	144
Crédito a receber com parte relacionada		1.037	(6.142)
Outros créditos		493	(1.598)
Depósitos judiciais		(171)	(121)
Fornecedores		(631)	17.782
Obrigações e encargos trabalhistas		1.162	(302)
Impostos e contribuições a recolher		6.781	8.155
Outras contas a pagar		741	(678)
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais			
Juros pagos	11	(27.435)	(29.985)
Imposto de renda e contribuição social pagos	22	-	(5.658)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		23.382	72.787
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7 e 22	(7.638)	(112.943)
Aquisição de intangível	8	(27)	(783)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.665)	(113.726)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captacão de financiamentos	11 e 22	60.000	224
Pagamento de financiamentos	11	(88.878)	(68.798)
Dividendos pagos	14c	(5.398)	(192)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(34.276)	(68.766)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	53.941	163.646
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	35.382	53.941
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(18.559)	(109.705)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Nacional de Cimento - CNC é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a fabricação e a comercialização de clínquer e cimento e a prestação de serviços de concreto dosado em central.

A Companhia tem como seu fornecedor exclusivo de calcário e argila a Agroindustrial Delta de Minas S.A. (empresa ligada).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro, as quais estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

No caso da Companhia compreendem:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado estão incluídos na rubrica "Receitas e Despesas Financeiras", na demonstração do resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

Compreendem:

- Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a variação de preços e câmbio de insumos utilizado no processo produtivo. A política contábil estabelecida pelo grupo é de registrar os ganhos ou perdas com estes instrumentos derivativos em contrapartida estoques.

2.4.2 Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Quando aplicável, estes são inicialmente registrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas.

2.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo histórico de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger variações de cambio ou preço de insumos. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

2.6 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulados, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

As vidas úteis estimadas para 2016 e 2015 são as seguintes:

• Edifícios	60 anos
• Máquinas e equipamentos	15 a 25 anos
• Instalações industriais	30 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	5 a 10 anos
• Tecnologia da informação	5 anos

Ao final de cada exercício, a Companhia procede um estudo sobre a vida útil dos ativos e as mudanças se ocorrerem são reconhecidas prospectivamente como mudança de estimativa.

2.7 Intangível

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que compreendem ativos adquiridos de terceiros e que têm vidas úteis finitas são mensurados ao custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis (*softwares*), a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada dos *softwares* é de 5 anos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

2.8 Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais registradas até o exercício de 2008 que a Companhia optou por manter ativado até a sua completa realização por meio de amortização. Esses ativos são amortizados linearmente pelo período de 10 anos, a contar do início das operações da Companhia, em maio de 2011.

2.9 Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado. Todos os recebíveis mantidos até o vencimento individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor, são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

b) Ativos não financeiros

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Nos exercícios de 2016 e 2015, não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis.

2.10 Provisões para riscos cíveis, tributárias e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.11 Receita operacional

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

2.12 Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.13 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Corrente

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual.

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício no qual se espera que seja liquidado/realizado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido.

2.14 Benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como benefício para empregados.

2.15 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão abaixo descritas e apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. São elas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 4);
- Imobilizado (nota explicativa nº 7);
- Intangível (nota explicativa nº 8);
- Diferido (nota explicativa nº 9);
- Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota explicativa nº 13); e
- Impostos diferidos (nota explicativa nº 18).

2.16 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

2.17 Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras são abaixo apresentadas. A Administração da Companhia está analisando o impacto destas normas sobre suas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>	<u>Início da vigência</u>
IFRS 16	Arrendamento Mercantil	2019
IFRS 9 / CPC 48	Instrumentos Financeiros	2018
IFRS 15 / CPC 47	Receitas de Contratos com clientes	2018
Modificações IFRS 2	Pagamento com base em ações	2018
Modificações IFRS 4	Classificação dos contratos	2018
Modificações IAS 7	Demonstração dos fluxos de caixa	2017
Modificações IAS 12	Tributos sobre o lucro	2017

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	10.729	3.790
Aplicações financeiras		
Compromissadas	23.083	7.460
Certificados de depósitos bancários - CDB	1.570	42.691
Total	<u>35.382</u>	<u>53.941</u>

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são realizadas com instituições financeiras as quais a Administração entende que sejam de primeira linha, que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado. As operações compromissadas são lastreadas por debêntures que tem boa classificação de risco. Nenhum desses ativos está vencido ou apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício. As operações compromissadas são remuneradas a taxas que variam entre 50% e 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Clientes nacionais	33.721	30.193
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.555)	(2.209)
Total	<u>30.166</u>	<u>27.984</u>

O contas a receber encontra-se distribuído da seguinte forma por faixa de vencimentos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	24.104	23.432
Vencidos:		
0 a 30 dias	1.893	2.128
31 a 60 dias	554	886
61 a 90 dias	1.564	155
91 a 180 dias	1.150	763
181 a 360 dias	1.288	1.237
Acima de 360 dias	3.168	1.592
Total	<u>33.721</u>	<u>30.193</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.213
Constituições	996
<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.209
Constituições	1.775
Reversão	(429)
<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>3.555</u>

5. ESTOQUES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Produtos acabados	2.096	735
Produtos semi acabados	9.478	10.147
Insumos	40.111	27.218
Materiais de manutenção	13.202	15.681
Materiais de acondicionamento	1.151	1.349
Outros estoques	<u>475</u>	<u>56</u>
Total	<u>66.513</u>	<u>55.186</u>
 Circulante	 63.351	 55.186
Não circulante	3.162	-

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ICMS - Imobilizado	43	-
ICMS	2.374	1.161
IPI	1.860	1.738
IRRF sobre aplicação financeira	1.694	991
PIS (*)	2.348	-
COFINS (*)	10.818	-
Outros	<u>2.987</u>	<u>1.812</u>
Total	<u>22.124</u>	<u>5.702</u>
 Circulante	 7.163	 3.949
Não circulante	14.961	1.753

(*) No exercício de 2016, a Companhia realizou levantamento de créditos tributários de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação do ativo imobilizado destinado ao processo produtivo e que não tinham sido anteriormente registrados.

7. IMOBILIZADO

	2016		2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	11.649	-	11.649	11.605
Edificações e benfeitorias	239.395	(22.342)	217.053	218.672
Máquinas e equipamentos	380.902	(104.960)	275.942	294.818
Instalações industriais	67.821	(17.055)	50.766	53.787
Móveis e utensílios	2.595	(1.004)	1.591	1.793
Veículos	1.575	(754)	821	794
Tecnologia da informação	3.167	(2.250)	917	1.319
Bens em construção	145.437	-	145.437	142.355
Adiantamentos	5.282	-	5.282	7.169
Total	857.823	(148.365)	709.458	732.312

O saldo de bens em construção é constituído pela aquisição de equipamentos destinados a ampliação da planta industrial, denominada CNCII. Devido a cenário econômico, atual a Companhia reduziu o ritmo das obras, o qual já foi readequado ao plano de investimentos da Companhia conforme retomada do crescimento econômico do país.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
<u>Custo</u>									
Terrenos	11.563	42	-	-	11.605	44	-	-	11.649
Edificações e benfeitorias	233.805	-	-	2.957	236.762	16	-	2.617	239.395
Máquinas e equipamentos	364.724	2.366	(966)	11.443	377.567	1.422	(59)	1.972	380.902
Instalações industriais	66.891	-	-	775	67.666	-	-	155	67.821
Móveis e utensílios	2.097	29	(1)	467	2.592	17	-	(14)	2.595
Veículos	1.403	-	-	-	1.403	74	-	98	1.575
Tecnologia da informação	2.190	123	(78)	890	3.125	12	-	30	3.167
Bens em construção	15.335	135.027	-	(8.007)	142.355	6.053	-	(2.971)	145.437
Adiantamentos	15.694	-	-	(8.525)	7.169	-	-	(1.887)	5.282
Total do custo	713.702	137.587	(1.045)	-	850.244	7.638	(59)	-	857.823
<u>Depreciação</u>									
Edificações e benfeitorias	(13.917)	(4.173)	-	-	(18.090)	(4.252)	-	-	(22.342)
Máquinas e equipamentos	(61.231)	(21.518)	-	-	(82.749)	(22.211)	-	-	(104.960)
Instalações industriais	(10.735)	(3.144)	-	-	(13.879)	(3.176)	-	-	(17.055)
Móveis e utensílios	(619)	(180)	-	-	(799)	(205)	-	-	(1.004)
Veículos	(469)	(140)	-	-	(609)	(145)	-	-	(754)
Tecnologia da informação	(1.507)	(299)	-	-	(1.806)	(444)	-	-	(2.250)
Total da depreciação	(88.478)	(29.454)	-	-	(117.932)	(30.433)	-	-	(148.365)
Imobilizado líquido	625.224	108.133	(1.045)	-	732.312	(22.795)	(59)	-	709.458

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia possui bens do ativo imobilizado dados como garantias a empréstimos e financiamentos.

8. INTANGÍVEL

	2016		2015	
	Amortização			
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Software	5.048	(3.557)	1.491	2.242

A seguir apresentamos a movimentação do ativo intangível:

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Saldo em 31/12/2016
<u>Software</u>			
Custo	5.021	27	5.048
Amortização	(2.779)	(778)	(3.557)
Intangível líquido	<u>2.242</u>	<u>(751)</u>	<u>1.491</u>

9. DIFERIDO

O ativo diferido foi constituído até o exercício de 2008 e corresponde às despesas administrativas e com remuneração de empregados na fase inicial de implantação da Companhia.

A Lei nº 11.941/09 eliminou a conta do Ativo diferido. Entretanto, através de seu art. 229-A, o saldo constante nesta conta em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer nessa rubrica até sua completa amortização, sujeito à análise de recuperação.

A amortização do diferido ocorrerá no prazo de dez anos, a contar do início da operação da Companhia, ocorrido em maio de 2011.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo diferido:

	Custo	Amortização	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.455	(1.267)	2.188
Adição	-	(316)	(316)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.455	(1.583)	1.872
Adição	-	(346)	(346)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.455</u>	<u>(1.929)</u>	<u>1.526</u>

10. FORNECEDORES

	2016	2015
Fornecedores nacionais	28.766	27.830
Fornecedores estrangeiros	8.601	24.644
Total	<u>37.367</u>	<u>52.474</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os principais fornecedores da Companhia, são:
 Agroindustrial Delta de Minas S.A., FLS Smidth Inc, Petrobras Distribuidora S.A, Efficax Transporte Ltda. EPP. e Siqueira Mineração Ltda.

O saldo de fornecedores da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, é composto por R\$ 8.786 (Em 2015: R\$ 9.228) decorrentes de compra de calcário e argila junto à Agroindustrial Delta de Minas S.A. (Parte relacionada - ver nota explicativa nº 19).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Modalidade	Subcrédito	Taxa de juros	Moeda	Indexador	Data de vencimento	2016	2015
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Construção	A	(a)	Dólar - US\$	Cesta de moedas	15/07/2021	15.399	22.475
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Construção	B	(b)	Real - R\$	URTJLP	15/06/2021	91.052	111.428
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Construção	C	(a)	Dólar - US\$	Cesta de moedas	15/07/2021	5.161	7.533
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Construção	D	(b)	Real - R\$	URTJLP	15/06/2021	28.268	34.061
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Construção	A - Suplemento	(b)	Real - R\$	URTJLP	15/02/2022	15.642	18.405
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Construção	B - Suplemento	(b)	Real - R\$	URTJLP	15/02/2022	15.648	18.412
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Construção	C - Suplemento	(a)	Dólar - US\$	Cesta de moedas	15/04/2022	22.952	32.654
Subtotal							194.122	244.968
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Expansão	A	(b)	Real - R\$	URTJLP	15/11/2022	19.339	20.651
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Expansão	B	(b)	Real - R\$	URTJLP	15/11/2022	11.608	14.631
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Expansão	C	(a)	Dólar - US\$	Cesta de moedas	15/01/2023	32.049	36.742
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Expansão	D	(b)	Real - R\$	URTJLP	15/10/2024	-	12.250
Itaú BBA S.A.	Repasses de recursos BNDES - Expansão	D	(b)	Real - R\$	Selic	15/10/2024	-	23.807
Subtotal							62.996	108.081
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/04/2019	73	104
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/03/2021	656	810
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/06/2021	32	40
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/09/2021	38	45
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/07/2022	2.104	2.480
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/10/2022	3.116	3.650
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/12/2022	2.448	2.856
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/01/2023	75	87
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/02/2023	270	314
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/04/2023	989	1.145
Itaú BBA S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(c)	Real - R\$		15/10/2024	219	226
Subtotal							10.020	11.758
Bradesco S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(d)	Real - R\$		16/07/2018	170	277
Bradesco S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(d)	Real - R\$		17/09/2018	28	44
Bradesco S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(d)	Real - R\$		15/06/2023	851	982
Bradesco S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(d)	Real - R\$		15/08/2023	466	535
Bradesco S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(d)	Real - R\$		15/09/2023	141	161
Bradesco S.A.	FINAME - Máquinas e equipamentos		(d)	Real - R\$		17/07/2023	36	42
Subtotal							1.693	2.042
Bradesco S.A.	Capital de Giro		(e)	Real - R\$		20/12/2021	24.120	
							24.120	-
Itaú BBA S.A.	Capital de Giro		(e)	Real - R\$		11/11/2021	36.803	
							36.803	-
Custos de transação (*)							-	(2.900)
Total							329.754	363.948
Circulante							55.686	57.860
Não circulante							274.068	306.088

- a) As taxas dos repasses de recursos do BNDES em moeda estrangeira (Dólar-US\$) variam entre 2,55% a.a. e 4,8% a.a. acrescidas da cesta de moedas do BNDES;
- b) As taxas dos repasses de recursos do BNDES em moeda nacional (Real-R\$) variam entre 3,05% a.a. e 4,3% a.a. acrescidas da TJLP;

- c) As taxas dos financiamentos para compra de máquinas e equipamentos (FINAME) junto ao Itaú BBA variam entre 2,5% a.a. e 9,35% a.a.;
- d) As taxas dos financiamentos para compra de máquinas e equipamentos (FINAME) junto ao Bradesco variam entre 2,5% a.a. e 3,5% a.a.;
- e) As taxas dos empréstimos de capital de giro da companhia variam entre 3,4% a.a. e 4,20% a.a.

As principais informações dos contratos estão apresentadas a seguir:

Repasses de recursos BNDES:

Financiamentos firmados mediante repasse contratado junto ao Itaú BBA S.A., com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da seguinte forma:

- a) Contratos firmados nos exercícios de 2007 e 2009 para construção da fábrica de cimentos situada no município de Sete Lagoas-MG, cuja conclusão ocorreu no exercício de 2011 com o início das operações da Companhia; e
- b) Contrato firmado no exercício de 2012 para expansão da fábrica de cimentos.

As garantias dos contratos de repasses de recursos do BNDES estão apresentadas a seguir:

- a) Fiança solidária prestada por pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Brennand;
- b) Penhor da totalidade das ações da Companhia e das ações da Agroindustrial Delta de Minas S.A.; e
- c) Alienação fiduciária de todos os equipamentos adquiridos ou a serem adquiridos do projeto.

A Companhia possui contratos que determinam o cumprimento de determinados índices financeiros. No exercício de 2016, os índices financeiros estabelecidos junto à determinada instituição financeira não foram cumpridos pela Companhia, ativando a cláusula de vencimento antecipado do financiamento. A Companhia obteve dispensa do cumprimento junto a esta instituição financeira da obrigação de manutenção destes índices em data anterior ao encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, dessa forma não sendo necessária a reclassificação para o passivo circulante dos montantes classificados no passivo não circulante.

FINAME - Itaú BBA S.A.:

Financiamentos contratados para aquisição de máquinas e equipamentos firmados junto ao Itaú BBA S.A.

As garantias dos Finames estão apresentadas a seguir:

- a) Alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos;
- b) Aval concedido por pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Brennand.

FINAME - Banco Bradesco S.A.:

Financiamentos contratados para aquisição de máquinas e equipamentos firmados junto ao Banco Bradesco S.A.

Estes Finames tem como garantia a alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos.

Capital de Giro:

Empréstimos contratados para liquidação antecipada do financiamento da expansão com vencimento para o ano 2024.

Estes empréstimos têm como garantias avais corporativos concedidos por pessoas jurídicas integrantes do Grupo Brennand.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos encontra-se demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	392.966
Captações	224
Juros	32.572
Variação cambial	36.579
Amortização de juros	(29.985)
Pagamento de principal	(68.798)
Custos de transação apropriado	<u>390</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	363.948
Captações	60.000
Juros	35.952
Variação cambial	(16.733)
Amortização de juros	(27.435)
Pagamento de principal	(88.878)
Custo de transação apropriado (*)	<u>2.900</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>329.754</u></u>

(*) Em 20/12/2016, a Companhia efetuou a liquidação antecipada da operação assegurada a estes custos de transação, e assim, apropriou todo o saldo remanescente.

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo não circulante estão demonstrados a seguir:

Ano de vencimento

2018	68.722
2019	68.627
2020	68.617
2021	53.425
2022	13.998
2023	656
2024	23
Total	<u><u>274.068</u></u>

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PIS e COFINS a recolher	12.794	6.001
Depósito judicial - PIS e COFINS (*)	(6.210)	(4.747)
ICMS a recolher	10.004	8.499
Impostos retidos a recolher	195	249
Total	16.783	10.002
 Circulante	9.427	10.002
Não circulante	7.356	-

(*) Em abril de 2015, a Companhia impetrou Mandado de Segurança perante a Receita Federal, objetivando garantir o direito de não mais recolher PIS e COFINS sobre a parcela destacada de ICMS, além de obter o direito à compensação/restituição dos valores pagos a maior nos últimos cinco anos. O assunto está sendo discutido no âmbito judicial, já tendo havido decisões favoráveis à Companhia. Enquanto não há decisão final definitiva da matéria, a Companhia continua a registrar o passivo correspondente e vinha efetuando depósitos judiciais até janeiro de 2016, quando, mediante decisão judicial liminar, suspendeu a realização dos mesmos.

13. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2016 as perdas prováveis decorrem de processo trabalhista e fiscal no montante de R\$ 10.248.

- Em junho de 2015, a Companhia foi alvo de auto de infração no montante de R\$ 19.172, lavrado pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, atribuindo à Companhia a responsabilidade pela retenção de ICMS sobre o frete da venda FOB interestadual (o frete é de responsabilidade do cliente). A Companhia apresentou defesa, requerendo a impugnação do laudo e questionando, dentre outros aspectos, a ilegalidade da autuação, o seu mérito e a metodologia de cálculo fiscal. O assunto está sendo discutido no âmbito administrativo, não tendo havido decisão. Os assessores jurídicos das controladas entendem que o risco de perda é provável recomendaram manter um passivo de R\$ 9.193 registrado no passivo não circulante (2015, este valor foi registrado no passivo circulante).
- Processo trabalhista por acidente de trabalho com indenização por danos morais e materiais no montante de R\$ 1.055.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, há processos com perda considerada possível no montante de R\$ 10.802 em (Em 2015: R\$ 4.875), que se referem basicamente a processos de natureza trabalhista e cível.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 381.862 (Em 2015: R\$ 367.386), pertencentes a acionista BCPAR S.A., representado por 381.861.859 (Em 2015: 367.385.588) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em AGE realizada em 31 de dezembro de 2016, houve integralização de 14.476.271 (Em 2015: 7.379.579) ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00, cada, totalizando R\$ 14.476 (Em 2015: 7.380) na forma descrita na nota explicativa nº 22a.

b) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída com saldos remanescentes de lucros acumulados, com a finalidade de atender ao plano de crescimento da Companhia.

c) Dividendos

É determinada a proposição de dividendos obrigatórios que correspondem a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido do prejuízo acumulado e da reserva legal, conforme estabelece o estatuto.

Os dividendos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 foram apurados conforme demonstrado a seguir:

<u>2015</u>	
Lucro líquido	4.843
(-) Reserva legal (5%)	<u>(242)</u>
Base para determinação dos dividendos	<u>4.601</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>1.150</u></u>

A movimentação dos dividendos está assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.326
Dividendos pagos	(192)
Dividendos propostos - 2015	<u>1.150</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>12.284</u>
Dividendos pagos	<u>(5.398)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>6.886</u></u>

d) Quantidade média ponderada de ações do capital social

A quantidade média ponderada das ações do capital social da Companhia ao longo do exercício para fins de apuração do lucro líquido do exercício por ação do capital social, está assim apresentada:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Quantidade média ponderada de ações para fins de cálculo do lucro líquido por ação do capital social	<u>367.425.141</u>	<u>360.026.227</u>

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Receita operacional bruta</u>		
Vendas no mercado interno	496.725	530.326
<u>Deduções de venda</u>		
Devolução de vendas	(1.905)	(2.585)
IPI	(4)	(9)
PIS	(7.579)	(8.128)
COFINS	(34.907)	(37.438)
ICMS	(98.973)	(103.685)
Total	<u>353.357</u>	<u>378.481</u>

16. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Despesa por natureza:</u>		
Insumos e gastos gerais de fabricação	(229.243)	(245.907)
Pessoal	(19.202)	(19.277)
Despesas com fretes e carretos	(38.603)	(33.798)
Serviços contratados	(7.874)	(7.929)
Aluguéis	(1.878)	(1.620)
Tecnologia da informação (resultado)	(1.495)	(1.133)
Viagens e estadias	(1.503)	(1.342)
Depreciação e amortização	(2.048)	(1.826)
Telefonia fixa e móvel	(100)	(758)
Materiais diversos	(944)	(1.086)
Impostos e taxas	(4.057)	(10.797)
Outras despesas	<u>(10.344)</u>	<u>(7.560)</u>
Total	<u>(317.291)</u>	<u>(333.033)</u>

Classificadas como:

Custo dos produtos vendidos	(229.243)	(245.907)
Despesas gerais e administrativas	(21.389)	(32.624)
Despesas comerciais	(65.899)	(53.517)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquida	<u>(760)</u>	<u>(985)</u>
Total	<u>(317.291)</u>	<u>(333.033)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	14.822	92.010
Variação cambial ativa	30.288	12.695
Rendimento de aplicações financeiras	2.935	7.627
Juros recebidos	1.310	1.279
Descontos recebidos	40	245
Outras receitas financeiras	982	1
Total	<u>50.377</u>	<u>113.857</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(30.038)	(63.809)
Variação cambial passiva	(13.751)	(49.262)
Juros sobre financiamentos	(35.952)	(32.572)
Despesas bancárias	(489)	(576)
Descontos concedidos	(309)	(163)
Juros de mora	(946)	(2.452)
Custo de transação apropriado	(2.900)	(390)
Outras despesas financeiras	(2.312)	(144)
Total	<u>(86.697)</u>	<u>(149.368)</u>
Resultado financeiro - líquido	<u><u>(36.320)</u></u>	<u><u>(35.511)</u></u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Despesa de Imposto de renda e contribuição social

As despesas do imposto de renda e de contribuição social referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(254)	9.937
Alíquota nominal - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	<u>(86)</u>	<u>3.379</u>
<u>Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:</u>		
Brindes e doações	89	191
Parcela indedutível de processos judiciais	-	1.524
Outras despesas indedutíveis	8	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>11</u></u>	<u><u>5.094</u></u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração da Companhia adotou como prática o reconhecimento dos efeitos contábeis sobre os ativos e passivos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, conforme CPC 32.

As provisões foram calculadas a razão de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo diferida para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição das provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas está apresentada a seguir:

	2016	2015
Ativo fiscal diferido		
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	9.264	-
Contribuição social sobre base negativa	3.335	-
	<u>12.599</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Variação cambial (a)	15.307	23.213
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs (b)	1.996	2.456
Provisão para participação no resultado do exercício	1.970	816
Provisão de processos judiciais	4.876	2.584
Total	<u>24.149</u>	<u>29.069</u>
Passivo fiscal diferido		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Diferença de taxa de depreciação (c)	49.641	41.951
Total	<u>49.641</u>	<u>41.951</u>
Efeito líquido	<u>(12.893)</u>	<u>(12.882)</u>

- a) A variação cambial ativa e passiva apurada sobre os empréstimos estrangeiros é tributada pelo Regime de Caixa e dessa forma são adicionadas ou excluídas na apuração do Lucro Real, conforme o caso, durante todo o ano calendário, cujo procedimento será mantido até a liquidação definitiva desses contratos, na forma da legislação vigente;
- b) Refere-se às despesas pré-operacionais da Companhia, adicionadas na apuração dos impostos sobre o lucro e utilizadas a partir do início de sua operação. A amortização destas despesas ocorrerá no prazo de 10 anos;
- c) Refere-se à diferença entre a vida útil dos bens do ativo imobilizado e àquela considerada pelo Fisco para dedutibilidade na apuração dos impostos sobre o lucro.

A movimentação dos impostos diferidos segue apresentada abaixo:

	Diferenças temporárias						
	Ativas				Passivas		
	Prejuízo fiscal e base negativa	Variação cambial	Efeitos da adoção dos CPCs	Provisão participação nos resultados	Provisão processos judiciais	Depreciação	Efeito líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	11.515	2.917	1.162	-	(32.349)	(16.755)
Constituições	-	11.698	-	816	2.584	(9.602)	5.496
Baixas	-	-	(461)	(1.162)	-	-	(1.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	23.213	2.456	816	2.584	(41.951)	(12.882)
Constituições	12.599	-	-	1.970	2.292	(7.690)	9.171
Baixas	-	(7.906)	(460)	(816)	-	-	(9.182)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>12.599</u>	<u>15.307</u>	<u>1.996</u>	<u>1.970</u>	<u>4.876</u>	<u>(49.641)</u>	<u>(12.893)</u>

Em atendimento ao CPC 32, a Companhia efetuou análises que demonstram serem esses impostos recuperáveis pelas suas operações futuras, uma vez que são calculados com base nas diferenças temporárias tributáveis, que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de períodos futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos está assim apresentada:

<u>2016</u>	
2021	3.712
2022	8.283
2023	10.446
2024	12.941
2025 e m diante	<u>1.366</u>
Total	<u><u>36.748</u></u>

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui os seguintes valores de transações com partes relacionadas:

	2016	2015
Ativo circulante		
Brennand Cimentos S.A. (a)	-	268
BCPAR S.A. (a)	20	650
Mineração Bacupari S.A. (a)	10	132
Agroindustrial Delta de Minas S.A. (a)	716	432
Brennand Cimento Paraíba S.A. (a)	-	50
CCP Holding S.A. (a)	-	166
Companhia de Cimento da Paraíba - CCP (a)	2.725	2.419
Mineração Nacional S.A. (a)	238	454
Brennand Projetos S.A. (a)	1	25
CCS Cimento de Sergipe S.A. (a)	65	58
Agroindustrial Ávore Alta S.A. (a)	1	45
Mineração Delta do Paraná S.A. (a)	67	84
Mineração Delta de Sergipe S.A. (a)	6	65
Mineração Delta do Rio S.A. (a)	15	53
Total	3.864	4.901
Passivo circulante		
Agroindustrial Delta de Minas S.A.		
Fornecedores (b)	8.786	9.228
Total	8.786	9.228
Resultado		
Agroindustrial Delta de Minas S.A.		
Compras (b)	31.695	31.103
Gastos corporativos (a)	1.604	1.673
Total	33.299	32.776
Brennand Cimentos S.A. (a)	158	552
BCPAR S.A. (a)	215	649
Mineração Bacupari S.A. (a)	100	132
Brennand Cimento Paraíba S.A. (a)	54	116
CCP Holding S.A. (a)	42	166
Companhia de Cimento da Paraíba - CCP (a)	11.448	8.501
Mineração Nacional S.A. (a)	1.089	1.237
Brennand Projetos S.A. (a)	35	69
CCS Cimento de Sergipe S.A. (a)	183	369
Agroindustrial Ávore Alta S.A. (a)	35	85
Mineração Delta do Paraná S.A. (a)	230	291
Mineração Delta de Sergipe S.A. (a)	59	151
Mineração Delta do Rio S.A. (a)	80	147
Total	13.728	12.465

(a) Valores referentes a despesas corporativas do grupo e que são pagas pela Companhia Nacional de Cimento - CNC, sendo objeto de rateio para as empresas do grupo que receberam os referidos serviços, mediante critérios estabelecidos entre as partes e acordado contratualmente.

(b) A Agroindustrial Delta de Minas S.A. é fornecedor exclusivo de calcário e argila, matéria-prima preponderante no processo de fabricação de cimento, conforme contrato firmado entre as partes em 25 de maio de 2007 e com vigência de 20 anos.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia não concede remuneração baseado em ações, nem tampouco benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração. A remuneração das pessoas chave da Administração no exercício de 2016 foi de R\$ 10.295 (Em 2015: R\$ 8.687), sendo remuneradas através de Pró-labores (quando diretores estatutários) ou salários (quando registrados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT).

20. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade da Companhia, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 2016, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros contra riscos operacionais:

- a) Fábrica: cobertura de R\$ 926.262 para danos materiais, conforme apólice nº 087372017010196000037 da AIG Seguros Brasil S/A (Em 2015: R\$ 724.640, conforme apólice nº 960 0000000521);
- b) Veículos: foram contratadas coberturas para cobrir eventuais sinistros para 11 veículos da Companhia. Estes seguros cobrem 100% do valor do veículo segurado em caso de perda parcial ou integral (danos, roubos, etc.) e, ainda, R\$ 200 por veículo a título de indenização a terceiros por danos materiais e corporais, conforme apólice nº 3100433853 Sompo Seguros S.A. (Em 2015: 10 veículos da Companhia. Estes seguros cobrem 100% do valor do veículo segurado em caso de perda parcial ou integral (danos, roubos, etc.) e, ainda, R\$ 200 por veículo a título de indenização a terceiros por danos materiais e corporais, conforme apólice nº 3100043111 Yasuda Marítima Seguros.).

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o seu gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. Adicionalmente, a Companhia operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2016 e de 2015 para limitar sua exposição a riscos de variação cambial nas operações de financiamento em moeda estrangeira.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. O contas a receber é pulverizado e não há históricos de perdas significativas por inadimplência.

A Administração estabeleceu uma política de crédito incluindo avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente.

A Companhia estabelece, quando aplicável, uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, e, outros créditos e investimentos. O principal componente desta provisão está relacionado a riscos significativos individuais.

(ii) Investimentos

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos de renda fixa, com alta liquidez e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que uma Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações:

- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos.

Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados:

- propor ações corretivas para a situação de prejuízos operacionais;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

Risco de crédito

a) Exposição aos riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está apresentada abaixo:

	2016	2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	35.382	53.941
Contas a receber de clientes	30.166	27.984
Crédito a receber com parte relacionada	3.625	4.901
Total	69.173	86.826

b) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido para provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período e pela análise individual dos clientes. Conforme apresentado na nota explicativa nº 4, esta provisão, em 31 de dezembro de 2016 monta em R\$ 3.555. (Em 2015: R\$ 2.209).

c) Risco de concentração de clientes

Em 31 de dezembro de 2016, 30% do contas a receber da Companhia estava concentrado em 22 clientes (Em 2015: 30% do contas a receber estava concentrado em 21 clientes).

Risco de liquidez

a) Exposição aos riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	2016	2015
Passivos financeiros não derivativos		
Empréstimos e financiamentos	329.754	363.948
Fornecedores e outras contas a pagar	39.632	53.998
Total	369.386	417.946

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de vencimento das obrigações da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Abaixo, está apresentado o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia a partir de 31 de dezembro de 2016:

	Valor contábil	12 meses ou menos	1 a 2 anos	mais de 3 anos
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	329.754	55.686	137.349	136.719
Fornecedores e outras contas a pagar	39.632	39.019	613	-
Total	369.386	94.705	137.962	136.719

Risco de mercado

a) Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia estavam assim apresentados:

	2016	2015
<u>Instrumentos de taxa variável</u>		
Ativos financeiros (*)	24.653	50.151
Passivos financeiros (**)	257.118	329.242
Total	281.771	379.393

(*) Aplicações financeiras indexadas ao CDI, conforme nota explicativa nº 3;

(**) Empréstimos e financiamentos indexados à taxas variáveis. O montante de R\$ 181.557 encontra-se indexado à TJLP e o montante de R\$ 75.561 à cesta de moedas (Em 2015: R\$ 229.838 e R\$ 99.404 respectivamente), conforme nota explicativa nº 11.

No que se refere à taxa de juros que mais impacta nas operações da Companhia, a TJLP, a Companhia, baseada em pesquisas externas, estima que, em um cenário provável, a taxa de juros de referência, que está cotada a 7,5% a.a. em janeiro de 2017, terá a mesma cotação, em 31 de dezembro de 2017. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados, advindos de uma alta na TJLP de 0,5 e 1 ponto percentual, em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

	2016				2017			
	Cenário base	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto		
		TJLP 7,5%	TJLP 8%	TJLP 8%	TJLP 8,5%			
Passivos financeiros indexados à TJLP	181.557	181.557	182.465	183.373				
Efeito no Resultado			908		1.816			

Em relação à exposição à taxa UMBNDES, cesta de moedas do BNDES, baseada em pesquisas externas, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa de juros de referência, que está cotada a 4,14% a.a. em janeiro de 2017, permanecerá no mesmo patamar, em 31 de dezembro de 2017. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados, advindos de uma alta na Cesta de Moedas de 0,5 p.p. e 1,0 p.p., em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

	2016		2017	
	Cenário base	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
		Cesta 4,14%	Cesta 4,64%	Cesta 5,14%
Passivos financeiros indexados à cesta de moedas	75.561	75.561	75.939	76.317
Efeito no Resultado			378	756

b) Risco cambial

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar-US\$) foi a seguinte:

<u>Exposições cambiais</u>	2016		2015	
	Fornecedores estrangeiros em Dólar - US\$	8.601	Passivos financeiros em Dólar - US\$	25.379
Total	75.561	84.162	99.404	124.783

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de um aumento cambial de 5% e 10% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

	2016		2017	
	Cenário base	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
		R\$ 3.3000	R\$ 3.4650	R\$ 3.6300
Exposições cambiais	84.162	84.162	88.370	92.578
Efeito no resultado			4.208	8.416

Risco de mercado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida de empréstimos e financiamentos	329.754	363.948
(-) Caixa e equivalentes de caixas	35.382	53.941
 Dívida líquida	 294.372	 310.007
 Patrimônio líquido	 439.365	 424.148
Índice de alavancagem financeira - %	67%	73%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Instrumentos financeiros derivativos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>A receber</u>		
NDFs - <i>Non Deliverable Forwards</i>	-	8.920
Contratos de Dólar futuro	-	710
Total a receber	<u>-</u>	<u>9.630</u>

A pagar

NDFs - <i>Non Deliverable Forwards</i>	5.248	-
Total a pagar	<u>5.248</u>	<u>-</u>

As operações de *NDF - Non Deliverable Forwards* representam contratos a termo entre duas moedas quaisquer, porém por ser um contrato "*non deliverable*" se aplica apenas a moedas não conversíveis, não havendo a entrega física da moeda na liquidação do contrato, apenas o pagamento do diferencial entre as partes referente as taxas do trade e a de liquidação. Assim, o saldo de NDF a receber representa a diferença apurada em 31 de dezembro. Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se, conforme definição de hierarquia de valor justo, como nível 2. Abaixo definição de hierarquia de valor justo, conforme CPC 40:

- Nível 1 - Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- Nível 3 - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 2015, a Companhia possuía 185 contratos de dólar futuro, negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no montante de US\$ 9.250.000. Os mesmos foram liquidados em abril de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 18 (Em 2015: 30) contratos a termo de moeda no montante de US\$ 8.769.017,17 (Em 2015: US\$ 12.181.059). Estes contratos possuem vencimentos distintos, onde o último vence em 15/06/2018.

A política de hedge da companhia reconhece os efeitos dos derivativos em contrapartida ao registro dos itens contratados.

Em fevereiro de 2016, a Companhia firmou contratos de NDF Asiático com intuito de se proteger do risco de flutuações do preço a qual estava exposta na aquisição do coque de petróleo, insumo básico de seu processo produtivo.

Os montantes de ganhos ou perdas apurados estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para fins de proteção das suas exposições cambiais, decorrentes da atividade operacional, nenhuma das posições mantidas pela CNC tem caráter especulativo.

Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>				
Equivalentes de caixa	24.653	24.653	50.151	50.151
Total	<u>24.653</u>	<u>24.653</u>	<u>50.151</u>	<u>50.151</u>
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber e outros recebíveis	34.607	34.607	34.253	34.253
Empréstimos e financiamentos	329.754	329.754	363.948	363.948
Fornecedores e outras contas a pagar	39.632	39.632	53.998	53.998
Total	<u>403.993</u>	<u>403.993</u>	<u>452.199</u>	<u>452.199</u>

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

a) Equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

b) Contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar

Decorrem diretamente das operações do Grupo, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

c) Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Categoria dos instrumentos financeiros

Abaixo demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Outros ao			Outros ao		
	Empréstimos	custo	Total	Empréstimos	custo	Total
<u>Ativos Financeiros</u>	<u>e recebíveis</u>	<u>amortizado</u>	<u>Total</u>	<u>e recebíveis</u>	<u>amortizado</u>	<u>Total</u>
Caixa e bancos	10.729	-	10.729	3.790	-	3.790
Aplicações financeiras	24.653	-	24.653	50.151	-	50.151
Contas a receber e outros recebíveis	34.846	-	34.846	34.253	-	34.253
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	39.632	39.632	-	53.998	53.998
Empréstimos e financiamentos	-	329.754	329.754	-	363.948	363.948

22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

As transações que não envolveram o caixa estão apresentadas a seguir:

- a) Aumento do capital social no montante de R\$ 14.746 (Em 2015: R\$ 7.380), decorrente da quitação do crédito titularizado pela acionista BCPAR S.A., decorrente de cessão de crédito firmado entre a Agroindustrial Delta de Minas S.A. (empresa ligada) e a BCPAR S.A. mediante distribuição de lucros nas mesmas datas.

No exercício de 2015, a Companhia realizou as seguintes transações que não tiveram efeito de caixa em suas demonstrações financeiras:

- a) Durante o exercício de 2015, a Companhia compensou o montante de R\$ 1.146 referente aos gastos corporativos a receber com saldos de contas a pagar de compras.
- b) No exercício de 2015, os valores de IRPJ e CSLL apurados no montante de R\$ 8.967 foram liquidados através de pagamentos e compensações com outros tributos. Os montantes compensados totalizam R\$ 3.309, portanto, não afetando o caixa da Companhia.
- c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou atividades de investimento (aquisição de bens do ativo imobilizado) não envolvendo caixa no montante de R\$ 24.644 com fornecedores, portanto essas transações não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

23. BENEFÍCIO CONCEDIDO A EMPREGADOS

No exercício de 2016, foram registradas provisões para participação dos empregados nos resultados. Essas provisões foram calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no montante de R\$ 1.922.

A Companhia contratou a Bradesco Vida e Previdência S.A. para administrar o plano de previdência complementar denominado NacionalPrev, Plano Coletivo instituído na modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) que tem por finalidade principal propiciar aos seus empregados, dirigentes e aos seus respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato.

O plano é de contribuição definida e aberto para a participação de todos os empregados, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria.

No exercício de 2016, a despesa da Companhia com previdência complementar na modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) para seus colaboradores totalizou R\$ 967 (Em 2015: R\$ 1.111).

24. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui as seguintes obrigações contratuais e compromissos:

- a) Prestação de serviços de transporte rodoviário de cimento ensacado, no mercado de varejo e público em geral, em locais previamente definidos pela Companhia. O contrato firmado tem vencimento em setembro de 2017;
- b) Contratos de fornecimento de energia elétrica demandada mensalmente na produção da fábrica, aplicáveis às legislações vigentes e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, à preços estabelecidos e reajustáveis conforme contrato. Os mesmos têm vencimento em 31 de dezembro de 2020.

25. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 26 de abril de 2017, nas quais considera os eventos subsequentes ocorridos até esta data, quando requeridos.
